

Lutas locais dos técnico-administrativos avançam no Ceará



A diretoria colegiada do SINTUFCE está reunindo os servidores, desde o último mês de outubro, em assembleias setoriais. A luta pelas 30 horas, contra o ponto eletrônico e a favor da paridade entre alunos, professores e técnico-administrativos na escolha do Reitor; a suspensão do pagamento da CUT; e os informes nacionais e jurídicos pautaram os encontros.

LEIA NA PÁG 10

SINTUFCE cobra explicações da administração superior da UFC acerca de medidas da Progep

A diretoria do SINTUFCE esteve reunida com o vice-reitor da UFC, Henry Campos, e com o pró-reitor de Gestão de Pessoas, Serafim Firmo, no último dia 10 de novembro, para tratar do ofício expedido pela universidade acerca do incentivo à qualificação. O documento convoca os servidores a entregarem à universidade certificados e diplomas, desde o nível médio até a pós-graduação, ainda que estes já tenham sido entregues pelo servidor anteriormente. Os coordenadores Gerais do SINTUFCE José Raimundo, Keila Camelo e Telma Araújo questionaram a administração superior a motivação dessa convocação; a razão do desencontro de informações referente ao prazo de entrega e perda do benefício já neste 13º salário; e o motivo do descaso em comunicar e esclarecer os trabalhadores sobre a medida.



PÁGINA 4

Curso Pré-Enem inicia matrículas para o Preparatório Extensivo



PÁGINA 3

Seminário alerta trabalhadores sobre direitos do consumidor em Pentecoste



PÁGINA 8

Confira o resultado das eleições para o Consuni e Conselho Curador



PÁGINA 3

Editorial

Universidade x Valorização Humana



INVOLUÇÃO NA UNIVERSIDADE. SERÁ o FIM DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA UFC?

De 2012 a 2014 - em tão pouco tempo, a comunidade universitária viu a gestão de recursos humanos da UFC passar por três gestores. Assistimos, boquiabertos, uma involução. Gestores com menos habilidades e mais arrogância assumiram essa importante função. Atualmente, estamos no estágio da Idade das Cavernas, dada a truculência demonstrada pelo atual gestor. Aonde isso vai parar?

Um conjunto de pessoas com determinado objetivo em comum pode ser denominado como organização. Existem diversos tipos de organizações, sejam privadas ou públicas, que desempenham atividades próprias a sua área de atuação. Nesse contexto, as Universidades são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do *saber humano*. As universidades são “centros de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia”, com foco e finalidade na *formação humana*, e a prestação de serviços à comunidade numa perspectiva de valorização recíproca.

Depreende-se, então, que o interior orgânico das universidades deve se constituir de ambientes ricos de conhecimento e saudáveis de convivência. No caso da Universidade Federal do Ceará (UFC), os indicadores de avaliação institucional nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão retratam que a ambiência do conhecimento e da produção intelectual *latu sensu* vai bem. Entretanto, podemos afirmar, categoricamente, que o ambiente da convivência harmônica e saudável em relação à vida funcional dos servidores, que acaba respingando na sua qualidade de vida, **deixa muito**

trato de suas relações de trabalho praticadas constantemente pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Em uma situação concreta, recentemente, uma avalanche de atitudes tomadas por essa Pró-Reitoria deixaram em pânico o conjunto de trabalhadores, que sentem-se inseguros e veem ameaçados os seus direitos. No caso mais recente, ameaçaram tirar dos seus contracheques, caso não *representem*, em tempo hábil, os certificados que geraram os valores monetários referentes ao incentivo à qualificação legalmente obtidos por ocasião do enquadramento de 2005 (Lei 11.091) e vigência da carreira dos técnico-administrativos, sob a argumentação de que tais valores não estavam registrados de forma adequada no SIAPE e que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) estaria realizando auditoria na folha de pagamento, apesar de não apresentarem formalmente esse documento confirmando essa auditoria. O SINTUFCE, através de consulta feita, por ofício, à FASUBRA, descobriu que o documento (em forma de notícia) existente a esse respeito não se reporta à UFC e sim à Universidade Federal Rural da Amazônia que, por certo, deve ter feito “coisa errada”. Queremos crer que não é o caso da UFC.

Perguntamos: os servidores têm culpa da

Frente ao atual contexto pelo qual passam as instituições públicas brasileiras, marcado por um processo de transição e mudança, a questão gerencial nestas instituições torna-se de grande importância, uma vez que é preciso responder proativamente às propostas governamentais e, ao mesmo tempo, às demandas da sociedade como um todo. É mister que as universidades pensem, discutam e aperfeiçoem seus processos de gestão para que possam, efetivamente, desempenhar seu relevante papel social de promotoras do conhecimento (ABREU, 2001).

a **desejar**. Estamos, pois, diante de um enorme paradoxo: a Universidade vai bem mas as pessoas (trabalhadores) que participam e contribuem para esse patamar de desenvolvimento não vão bem na mesma proporção.

Os servidores assistem, perplexos, aos desmandos, à falta de respeito e sensibilidade no

desorganização administrativa e documental, da submissão exagerada ao MPOG e do despreparo jurídico de alguns assessores da PROGEP que, na maioria das vezes, só interpretam as normas em detrimento dos direitos legalmente constituídos do servidor?

A Universidade não é capaz de responder e de se responsabilizar por seus próprios atos? Por que buscam sempre soluções mais fáceis em prejuízo da paz do servidor?

Que as unidades responsáveis pela gestão de pessoas têm pouco poder decisório sobre a maioria das políticas de gestão adotadas é um fato, pois nem mesmo a autoridade máxima da Instituição, o Reitor, pode ir de encontro a uma determinação do Governo Federal. Agora, não ter e manter sob sua guarda, desqualificar ou não reconhecer a legalidade de documentos apresentados pelos servidores, conhecer ou interpretar com pouca profundidade as leis que regem o ordenamento jurídico a que são submetidos os servidores é um absurdo. Denota-se de tudo isso que a aplicação dos princípios mais elementares de uma gestão de RH não estão sendo devidamente seguidos por parte dessa Pró-Reitoria.

Em se tratando de uma política de recursos humanos, **Olivier (2001)** observa que “o setor público tem relegado essas unidades das universidades a uma situação constrangedora, normalmente corroborada pelos reitores, que nomeiam pessoas muito competentes em outras áreas, menos RH, para gerenciar esse segmento. Não se pode mais admitir que instituições como as IFES tenham seus recursos humanos geridos dentro de estrutura tão arcaica”.

Finalmente, “o espaço de trabalho é um lugar no qual não só se buscam as condições econômicas para sobrevivência, mas também o prazer, a alegria, o crescimento e o desenvolvimento das pessoas. É preciso penetrar na sutileza das interações humanas e a teia que elas tecem, compreendê-la e agir na busca de resultados organizacionais desejáveis”.

MISSÃO

O SINTUFCE tem como missão desenvolver continuamente políticas estratégicas de negociações pelos direitos da categoria, representando, perante as autoridades administrativas e jurídicas, os interesses gerais da classe e os interesses individuais de seus sindicalizados.

VISÃO

Ser referência nas conquistas em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, por sua atuação responsável e eficiente no âmbito de sua abrangência, protegendo o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida da classe trabalhadora.

VALORES DO SINTUFCE

Ética, credibilidade, cidadania, inovação, tecnologia, inclusão social, qualidade de vida e responsabilidade.

EXPEDIENTE

Informe do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE). Gestão Vamos à Luta com Ética e Transparência - TRIÊNIO 2014-2017 | ANO 1 | Outubro-Novembro 2014 | N° 03. • DIRETORIA COLEGIADA DO SINTUFCE - COORDENAÇÃO GERAL: Keila Maria Pereira Camelo, José Raimundo Soares da Silva e Telma Araújo do Nascimento - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Djalma Siqueira Pereira e Maria de Lurdes Souza - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA: Maria Auxiliadora de Sousa Reis e José Almiram Rodrigues - COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO SINDICAL: Geraldo Ferreira dos Santos e Joselito Alves de Oliveira - COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: Adeli Gomes Moreira e Raimunda Heveline Ribeiro Quirino - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Maria Áurea da Silva e Antonia Maria Mata Rodrigues - COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, CARREIRA E RELAÇÕES DE TRABALHO: Francisco Admir Ferreira de Lima e Paulo Anderson Santiago Saraiva - COORDENAÇÃO DE ESPORTE E LAZER: Manoel Rodrigues dos Santos e Ana Paula de Alcântara Silveira - COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA: Maria Marlene de Paula Neves e Luzia Carvalho Nobre - COORDENAÇÃO DE CAMPI AVANÇADO: Fernando Antonio Gadelha Pereira e Francisco José Gomes - SUPLENTE: Elda Pontes de Araujo Fernandes, Cláudio Rogério Carneiro Pimentel, Maria do Carmo Neta e Antonio Clécio Saraiva da Silva - CONSELHO FISCAL: Izabel Cristina Ribeiro Gonçalves de Medeiros, Marcelo da Costa Miranda e Francisco Sampaio Uchôa - SUPLENTE: Maria Izabel Eloy de Oliveira Sena, Emanuel Abreu da Silva e Cláudio Frota de Araújo. • www.sintufce.org.br • twitter: @sintufce • facebook.com/sintufce • E-mail: faleconosco@sintufce.org.br • Jornalista responsável: Luciana de Paula (2794 CE JP) • Concepção Gráfica e Editoração Eletrônica: Francisco Batista • Fotos: Arquivo do SINTUFCE, Luciana de Paula, Adeli Moreira e Arlindo Barreto • Ilustração: Jonas Barbosa • Impressão: Global Gráfica • Tiragem: 3.000 exemplares • Telefones úteis: central de atendimento 3052.3650 - cursinho 3052.3660/61 - fax 3052.3651.

Curso Pré-Enem do SINTUFCE inicia matrículas para o Preparatório Extensivo

As aulas serão iniciadas no dia 12 de janeiro de 2015



Super revisão promovida pelo SINTUFCE em sábados de outubro

O Curso Pré-Enem do SINTUFCE iniciou as matrículas para o Preparatório Extensivo para o Enem 2015. O Cursinho oferta aos alunos uma equipe qualificada de professores, plantão tira-dúvidas, laboratório de Redação, aulões, simulados e material especialmente elaborado para prepará-los para o Enem.

Os interessados em estudar no Curso Pré-Enem do SINTUFCE podem realizar a matrícula na secretaria do Cursinho, na sede do SINTUFCE, localizado na Rua Waldery Uchôa, no 50, Benfica (em frente à Praça da Gentilândia). Será necessário apresentar o RG, CPF, comprovante de endereço e de pagamento da matrícula e uma resma de papel A4.

O investimento é de R\$ 140,00 para turmas dos três turnos - manhã, tarde e noite, e de R\$ 70,00 dependentes diretos de filiados ao sindicato. O preparatório é gratuito para servidores da UFC, Unilab e UFCA filiados. As aulas serão iniciadas no dia 12 de janeiro de 2015.

Super revisão para o Enem

Alunos e comunidade externa participaram em outubro e novembro da Super Revisão promovida pelo Curso Pré-Enem do SINTUFCE. Foi realizado um simulado do Enem; quatro aulões, para a resolução de questões interdisciplinares; e o Plantão Tira-Dúvidas atendeu, diariamente, em três turnos.

Informações: 3052.3660/ 3052.3661

SINTUFCE divulga o resultado das eleições para o Consuni e Conselho Curador

No dia 12 de novembro, de 7h às 17 horas, foi realizada a eleição para representação dos servidores técnico-administrativos da UFC no Conselho Universitário e Conselho Curador. A eleição foi realizada em todos os setores da universidade, em conformidade com o Estatuto da UFC. A apuração



Izabel Cristina



Juliana Nogueira



João Portácio



Hermes Abreu



Djalma Pereira

ocorreu no dia 13 de novembro de 2014. No total, foram apurados 890 votos. Djalma Pereira Siqueira recebeu 235 votos; Izabel Cristina Ribeiro Gonçalves de Medeiros, 229 votos; Hermes Abreu Filho, 191; e Juliana Nogueira Avelar, 177 votos. Foram também apurados 11 votos brancos e 47 votos nulos. Para o Conselho Curador, foram apurados 470 votos, sendo 316 votos para o candidato João Portácio Filho, 50 votos brancos e 104 votos nulos. Ficam eleitos para representar os servidores técnico-administrativos no Conselho Universitário, como membros titulares, os candidatos Izabel Cristina Ribeiro Gonçalves de Medeiros, Djalma Pereira Siqueira e Hermes Abreu Filho, ficando a candidata Juliana Nogueira Avelar como membro suplente. Para a representação dos servidores técnico-administrativos no Conselho Curador, foi eleito o candidato João Portácio Filho.

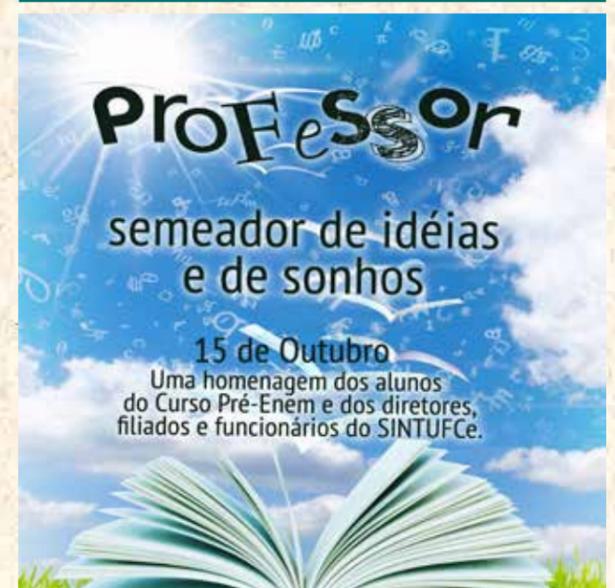


Servindo à sociedade, produzindo em prol da universidade pública, gratuita e de qualidade. Parabéns aos heróis da UFC, Unilab e UFCA!

28 DE OUTUBRO. DIA DO SERVIDOR PÚBLICO



Gestão Vamos à Luta com Ética e Transparência



SINTUFCE reúne-se com administração superior da UFC para tratar do ofício da Progep acerca do incentivo à Qualificação

O documento convoca os servidores a entregarem à universidade certificados e diplomas, desde o nível médio até a pós-graduação



Os coordenadores Gerais do SINTUFCE José Raimundo, Keila Camelo e Telma Araújo questionaram a administração superior acerca da motivação dessa convocação

A diretoria do SINTUFCE esteve reunida com o vice-reitor da UFC, Henry Campos, e com o pró-reitor de Gestão de Pessoas, Serafim Firmo, no último dia 10 de novembro, para tratar do ofício expedido pela universidade acerca do incentivo à qualificação. O documento convoca os servidores a entregarem à universidade certificados e diplomas, desde o nível médio até a pós-graduação, ainda que estes já tenham sido entregues pelo servidor anteriormente.

Os coordenadores Gerais do SINTUFCE José Raimundo, Keila Camelo e Telma Araújo questionaram a administração superior a motivação dessa convocação; a razão do desencontro de informações referente ao prazo de entrega e perda do benefício já neste 13º salário; e o motivo do descaso em comunicar e esclarecer os trabalhadores sobre a medida. “A forma intempestiva como o Serafim divulgou, gerou aflição nos servidores. Muito deles estão de licença, de férias, fora da cidade”, destacou Telma.

“Quem faz isso é o Ministério do Planejamento, não somos nós”, respondeu o vice-reitor da UFC. Segundo ele, “a medida antipática fica parecendo nossa (da UFC). Uma auditoria feita pelo MPOG desencadeou esse procedimento de verificação de títulos e certificados, que também abrange os docentes”.

José Raimundo destacou que há uma confusão no repasse de informações, com pessoas da Progep afirmando que havia um prazo que se encerrava no último dia 6 de

novembro e outros informando que não. “O ofício atrela o procedimento ao 13º salário, onde diz: ‘a entrega dos documentos é o procedimento mais rápido, face à proximidade do pagamento do 13º salário’. Dessa forma, fica claro que a Progep está impondo um prazo de um mês, sob o risco de o servidor ficar sem receber o benefício já em dezembro”, explicou.

O diretor Geral do SINTUFCE também questionou a entrega dos documentos por aqueles que já os apresentaram anteriormente. “Todas essas informações já estão no canal da CGGP (a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação), desde o enquadramento. Posterior a essa fase do enquadramento, a antiga SRH sistematizou a entrega dos novos títulos, através de abertura de processos, sendo acompanhado pela Comissão de Avaliação e Título (CAT) da própria superintendência”, disse.

Serafim Firmo, entretanto, defendeu o procedimento da Progep, explicando que, até o último mês de junho, o SIAPE não permitia o registro dos certificados e títulos dos técnico-administrativos. O incentivo à qualificação

tem sido garantido aos servidores apenas por meio de uma rubrica do Ministério do Planejamento (MPOG). A partir da abertura no SIAPE, a universidade vem realizando a atualização do cadastro dos servidores no sistema. Apesar da rubrica, agora, somente as informações do SIAPE podem garantir o benefício aos servidores contemplados com o incentivo à qualificação.

O problema é que não houve tempo hábil para a universidade atualizar o cadastro de todos. São cerca de 11 mil servidores nesta situação.

O fator complicador é que o Ministério do Planejamento passou a realizar auditorias à distância, verificando os casos de servidores que recebem o incentivo à qualificação, mas que ainda não têm seus certificados e títulos registrados no SIAPE. Nesses casos, o MPOG notifica a universidade que deve, em curto prazo, apresentar ao governo os certificados e diplomas do servidor em questão, comprovando o seu direito ao benefício.

Neste momento, surge outro grande problema: a Progep não possui a documentação de todos os servidores que recebem o incentivo à qualificação. “40% dos servidores está recebendo o benefício com base em declarações, estão devendo documentos”, explicou Serafim Firmo. Muitos concluem seus cursos e entregam à universidade a declaração de conclusão do curso, enquanto os diplomas não ficam prontos. Após prazo de três meses, os servidores devem entregar o diploma, mas muitos não entregaram.

Além disso, há o fator desorganização. A universidade vem trabalhando na organização e sistematização de todas as suas informações. Entretanto, carrega a herança do descaso de gestores anteriores, que perderam processos de servidores relativos ao incentivo à qualificação. Como resultado, a solução encontrada pela Progep foi a de convocar os servidores a entregarem seus certi-



Representando a Progep, Serafim Firmo e Camila de Souza compareceram à assembleia geral para dar os esclarecimentos

ficados e diplomas com urgência. Assim, em caso de consultas do MPOG, o servidor estará garantido de que a universidade está de posse de sua documentação e que irá apresentá-la, para comprovação do direito ao benefício. “Temos um problema de consistência de dados na universidade. A organização anterior era amadora. Esse é o ônus que a gente está pagando, tentando organizar a casa. A mensagem da Progep é um pedido de ajuda”, disse Serafim.

“Todos corremos o risco de supressão de rubrica na folha, até que a gente recorra e

volte a receber”, complementou. Segundo ele, o caso da universidade do Pará, em que muitos recebiam o incentivo à qualificação indevidamente, intensificou as auditorias do MPOG em todo o país.

O SINTUFCE, diante da realidade apresentada pela universidade, propôs que a Progep elabore e publique um documento com todos esses esclarecimentos ao servidor, para que todos compreendam que, de fato, não há prazo, mas urgência na entrega da documentação, sob o real risco de perda, ainda que temporária, do benefício. A dire-

toria também cobrou da universidade que esta se posicione diante do MPOG, exigindo prazo para a atualização do cadastro dos servidores no SIAPE, com fins de evitar transtornos e injustiças.

Telma Araújo solicitou a presença da Progep na assembleia geral do dia 11 de novembro, para os devidos esclarecimentos aos servidores. Serafim Firmo compareceu, acompanhado de Camila de Souza Aquino, da Coordenadoria de Administração de Pessoal. Confira o vídeo da assembleia no site do SINTUFCE.



Os servidores podem ter certeza de que estamos atentos a toda forma de assédio a que os servidores estão sofrendo nessa gestão da Progep.

O SINTUFCE foi à Central de Atendimento da Progep, na manhã do dia 6 de novembro, para ouvir a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas sobre as dúvidas mais recorrentes dos técnico-administrativos contemplados pelo direito ao Incentivo à Qualificação. Os diretores questionaram os atendentes da Central de Atendimento da Progep sobre o prazo para a entrega dos certificados e diplomas e foram informados de que o prazo seria encerrado às 19 horas do mesmo dia. Além disso, não souberam esclarecer se, aqueles que perdessem o prazo, teriam o benefício já suspenso a partir de dezembro.

Servidores aflitos chegavam à Central de Atendimento da Progep. Alguns vindo adoentados, licenciados e deixando de lado outros compromissos, também importantes, para conseguir atender ao chamamento urgente da UFC. Cleydes Nascimento Cunha desabafou: “muita gente vai perder o benefício. Tô indo correndo avisar aos meus colegas no HUWC. Isso é muito errado. Falta informação e são dadas informações erradas também. Muita gente não sabe que tem que vir. Eu soube por uma colega ontem. Quase fiquei doida! Estou em processo de mudança, e não sabia onde estavam meus certificados. São de cursos que fiz há cerca de 30 anos! Imagine quem tiver perdido algum diploma e certificado

de cursos feitos há tanto tempo! Eu acho uma falta de respeito ao servidor essa convocação de última hora. Isso deveria ter sido organizado, chamando por setores, ao longo de meses”.

A servidora Núbia (que não quis dar mais detalhes de sua identificação além do primeiro nome) questionou: “pra quê tudo isso de novo? Todos estão desconfortáveis e estão especulando a razão desse prazo tão curto”. Nilde Maria, que trabalha na Clínica Cirúrgica do HUWC, também compartilhou de seu caso. “Nunca tinha visto agirem dessa forma. Já entreguei meu certificado e não sei porque tenho que perder tempo com isso outra vez”.

José Pereira da Silva Filho, que trabalha na coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos, no Pici, também estava insatisfeito. “É uma falta de organização. Estou perdendo tempo de novo, tendo que trazer novamente uma documentação que já entreguei. Estou entregando, mas sob protesto. É um absurdo esse tipo de procedimento nesse prazo de tempo. Não tem outra palavra. Muita gente vai perder o prazo. A gente não tem certeza do que realmente está acontecendo e não acredito que seja coisa do MPOG”.

Após conversar com os servidores, a diretoria do SINTUFCE foi conduzida pelo gerente da Central de Atendimento da Progep, Paceli Luna, à Verônica Cunha Guimarães, assessora técnica da Progep, e à Camila de Souza Aquino, da Coordenadoria de Administração de Pessoal. Camila de Souza, entretanto, esclareceu: “NÃO HÁ PRAZO para a entrega dos certificados e diplomas. No ofício, não mencionamos prazo. Mas, a celeridade é a maior possível”.

O sindicato entende que a confusão sobre a existência de prazo foi gerada a partir do texto do ofício da própria Progep. O documento é finalizado com a frase “A PROGEP lamenta o incômodo, mas compreende que a entrega dos documentos é o procedimento mais rápido,

face à proximidade do pagamento do 13º salário”, que claramente provoca nos servidores dúvidas e medos sobre a continuidade do recebimento do benefício. Foram à Progep os coordenadores do SINTUFCE Adeli Moreira (Educação e Cultura), Manoel dos Santos (Esporte e Lazer) e Maria do Carmo Neta.

“O SINTUFCE é contrário à forma e aos métodos utilizados pela Progep de tratar as questões relacionadas aos servidores. A Progep vem agindo de uma forma intempestiva e desrespeitosa. O sindicato vem com veemência registrar a sua indignação. Os servidores podem ter certeza de que estamos atentos a toda forma de assédio a que os servidores estão sofrendo nessa gestão da Progep. Por conta disso, o setor jurídico do SINTUFCE está reunindo todos os elementos necessários para a defesa dos técnico-administrativos da UFC”, declarou o coordenador Geral do SINTUFCE José Raimundo.



Foram à Progep os coordenadores do SINTUFCE Adeli Moreira (Educação e Cultura), Manoel dos Santos (Esporte e Lazer) e Maria do Carmo Neta

SINTUFCE e GRUPE firmam parceria para a promoção de ações com foco na qualificação e capacitação dos servidores



Participaram da reunião as coordenadoras do SINTUFCE Adeli Moreira e Heveline Ribeiro, e os advogados do sindicato Clovis Renato Costa Farias e Thiago Pinheiro de Azevedo.

A capacitação e a qualificação dos servidores pautaram reunião entre o SINTUFCE e o Grupo de Pesquisa (Grupe) coordenado por Gerson Marques, professor da UFC, no último dia 4 de setembro, à tarde, na Faculdade de Direito. Segundo a coordenadora de Educação e Cultura do SINTUFCE Heveline Ribeiro “a reunião foi concluída com o aceite do GRUPE para fortalecer e contribuir na área de capacitação com a Escola de Formação Humana, Política e Gestão Sindical, que será elaborada e lançada no começo de 2015 pelo SINTUFCE”. Também ficou acertado que o GRUPE fará uma articulação jun-

to ao Departamento de Direito Público da UFC para uma proposta de Especialização com foco na área de Política Sindical ou um tema afim, “colaborando com mais uma oportunidade de qualificação para o servidor e trabalhador da educação”. A coordenadora reforça que “este é o caminho que foi traçado pela nova gestão do sindicato, o de valorização do servidor em todas as áreas que gerem desenvolvimento humano e profissional. Estamos em constantes trabalhos nesta Gestão Ética e Transparência, para cumprirmos a nossa missão humana e sindical com a qual nos comprometemos. Vamos à Luta!”.

Delegação do Ceará participa do VIII Fórum Nacional de Comissões Internas de Supervisão



Entre os dias 8 e 10 de setembro, a diretoria do SINTUFCE participou do VIII Fórum Nacional de Comissões Internas de Supervisão (FNCIS), realizado no campus do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), em Vitória. O evento promoveu as seguintes discussões: “Atuação da CIS: fortalecimento e possibilidades”;

“PCCTAE: perspectivas e possibilidades”; “O Plano Nacional de Qualificação do PCCTAE - análise e proposições”; e “Autonomia da CIS”. A delegação do Ceará participante do fórum esteve composta pelos coordenadores de Administração e Finanças do SINTUFCE e representantes da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) da UFC, Djalma Siqueira e Maria de Lurdes; Telma Araújo (coord. Geral do SINTUFCE); Adeli Moreira (Educação e Cultura); e os servidores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) Carlos André, Cleo Pinheiro e Lucélia Aragão. Na Unilab, os técnico-administrativos trabalham para a criação da primeira CIS na universidade.

SINTUFCE e SINDJORCE unem forças e conseguem manter jornada diferenciada para profissionais da Comunicação na UFC



Reunião no gabinete do Reitor

A jornada de trabalho de 25 horas semanais dos jornalistas da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi pauta de reunião entre diretores do SINTUFCE e do Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce) com o reitor Jesualdo Farias no último mês de setembro. O direito dos trabalhadores esteve sob ameaça a partir do posicionamento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFC (Progep) em impor jornada de trabalho de 40 horas para os profissionais de comunicação que desenvolvessem suas atividades em revisão, redação e outras, ressaltando-se apenas os jornalistas. A reunião com o Reitor foi provocada pelas entidades sindicais após denúncias de trabalhadores e trabalhadoras. Após diversas intervenções dos presentes, o reitor Jesualdo Farias decidiu suspender o processo de ampliação da jornada dos profissionais, impondo nova consulta, pela assessoria jurídica da PROGEP, ao Ministério do Planejamento.

Aviso sobre descontos em contracheque no mês de dezembro



Atenção, servidores (as) que estão no 1º processo judicial dos 28,86%, acompanhados pelo advogado Dr. Rodrigo. Lembramos que, além do desconto regular mensal de 8% sobre o salário, referente aos honorários advocatícios, no próximo mês de dezembro, os servidores terão debitados no contracheque também 8% do 13º salário, conforme previsto em contrato firmado entre os servidores e o advogado.

SINTUFCE promove debate com candidatos ao governo do estado na UFC

O evento foi promovido em parceria com ADUFC, CACB, DCE, OPP e OAB-CE, com mediação da professora da UFC Kamila Fernandes



Participaram o candidato Ailton Lopes (PSOL) e o vice de Eliane Novais (PSB), Leonardo Bayma (Fotos: Arlindo Barreto)

No último mês de setembro, dia 24, das 19h às 21h, foi realizado o Debate com candidatos ao cargo de governador do estado na Concha Acústica da Universidade Federal do Ceará - UFC (Av. da Universidade, 2.853). Os candidatos Ailton Lopes (PSOL) e Leonardo Bayma, vice de Eliane Novais (PSB) responderam às perguntas do público sobre os temas Saúde, Segurança, Educação, Serviço Público, Gestão Pública, Juventude e Universidade e Direitos Humanos. Camilo Santana (PT) e Eunício Oliveira (PMDB) foram convidados, mas não compareceram, nem justificaram ao público suas ausências. O local ficou lotado, ocupado por alunos, professores, técnico-administrativos e comunidade em geral. O debate foi aberto pela coordenadora Geral do SINTUFCE, Keila Camelo, que deu as boas vindas, agradecimentos, e fez a leitura da carta aos candidatos, elaborada pelas entidades organizadoras do Debate.

O debate foi promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE), Sindicato dos Docentes das Universidades

O Presidente da ADUFC-Sindicato, Prof. André Vasconcelos, destacou a união de várias entidades na organização do evento e a expressiva presença do público ao espaço da Concha Acústica. "O sindicato dos professores tem também a função de pensar um projeto para a Universidade e isso passa pela participação nas discussões da sociedade". A coordenadora geral do SINTUFCE, Keila Camelo, comemorou o sucesso do evento. "Para nós que fazemos o SINTUFCE, consideramos esta noite histórica. Nunca aconteceu um debate dessa plenitude, convocado pelas entidades sindicais e dentro da Universidade. Demos a oportunidade de servidores, estudantes e docentes ouvirem os candidatos".

O debate foi transmitido ao vivo pela internet. Grupos de eleitores de Crateús e Pentecoste também vieram ao Debate, para conhecer mais os candidatos e decidir o governador que querem para o Ceará. Selma Alcântara, professora de Economia da Faculdade Vale do Jaguaribe, no Aracati, conta que trouxe os alunos da disciplina de

Teoria Econômica I para terem essa experiência. "Foram duas horas de viagem para estarmos aqui. O evento foi muito bem organizado, com muita participação de alunos, professores e servidores. É um momento de unidade entre os três segmentos da universidade, é um marco histó-

rico. Eu fui aluna na UFC, participei do DCE e voltar e ver um evento desse é impagável", parabenizou.

O candidato a vice-governador, Leonardo Bayma, elogiou a iniciativa do evento. "O mais importante é o uso desse espaço público como um lugar de debate democrático, onde o estudante, o professor e o servidor podem dialogar com os candidatos". Ailton Lopes destacou o caráter combativo presente no meio acadêmico e criticou a dificuldade da Justiça Eleitoral em permitir debates abertos ao público. "Foi necessário e fundamental esse ato de insistência e resistência das entidades que realizaram este encontro".

No encerramento do evento, o Fórum Estadual de Educação e a OAB-CE leram aos candidatos cartas com propostas e reivindicações.

Derek Gustavo, estudante da Agronomia da UFC.

"É sempre muito importante ter esse tipo de debate na universidade. Vim com a expectativa de decidir meu voto e esse debate contribuiu pra isso."



Francisco Evandro Mendes, técnico-administrativo, atualmente trabalhando no setor de Coordenação das Casas de Cultura da UFC.

"Debate bem organizado, não vi nenhuma falha, somente a dos candidatos que não comperceram, mas é a algo que não se pode prever. Achei legal, muito bom, louvável a iniciativa das entidades que organizaram. Pela organização, tô dando nota 10."

Sônia Almeida, técnico-administrativa com 22 anos de universidade, atualmente trabalhando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.



"Ainda não tinha visto o SINTUFCE realizar um debate como esse. Realmente, eu não esperava essa iniciativa, mas essa gestão está de parabéns. Essa diretoria está sempre à frente dos acontecimentos."



Selma Alcântara com alunos

SINTUFCE promove seminário sobre direitos do consumidor em Pentecoste

A assessoria jurídica do sindicato conduziu os esclarecimentos, com foco em situações já denunciadas à entidade acerca de golpes em empréstimos consignados



José Raimundo, coordenador Geral do SINTUFCE, falou sobre a missão do sindicato de acolher as demandas da categoria e buscar soluções para cada desafio

A Diretoria Colegiada do SINTUFCE, nestes sete meses de gestão, após a condução da greve nacional dos técnico-administrativos e em meio a lutas locais contra o ponto eletrônico e pela implantação das 30 horas, também vem promovendo reuniões nos campi locais e avançados da UFC, Unilab e UFCA, para levar informação aos servidores e encaminhar as suas demandas específicas. E uma das necessidades identificadas pela assessoria jurídica do SINTUFCE foi a de esclarecer os servidores sobre seus direitos sociais, referentes às relações de consumo, acessibilidade, trabalhistas (assédio moral) e familiares (violência doméstica).

Essa abordagem está sendo realizada nos Encontros de Aposentados e Pensionistas, nas Assembleias Setoriais e em Seminários, como o realizado em Pentecoste, na manhã do último dia 20 de setembro (sábado), no Colégio Francisco Sá. Na oportunidade, as advogadas Ana Tarna Mendes e Dayse do Vale, da Assessoria Jurídica do SINTUFCE, conduziram uma palestra aos servidores sobre empréstimos consignados. O alerta foi motivado pelo número crescente de casos atendidos no SINTUFCE de, principalmente, aposentados que sofreram golpes de estelionatários e financeiras. “A nova assessoria jurídica não quer se resumir à sala de atendimento do sindicato ou às audiências. Queremos ser um jurídico itinerante, que objetiva ir de encontro ao servidor sempre que possível”, disse a Dra. Ana Tarna.

Segundo a advogada, “muitos servidores tem procurado a Assessoria Jurídica do SINTUFCE para pedir ajuda por causa dos empréstimos. Em geral, são situações em que a pessoa recebe um empréstimo bem maior do que o solicitado; em que não pediu, mas o dinheiro entrou na conta; ou em que o empréstimo é feito, mas o dinheiro não en-

financeira.

A advogada do SINTUFCE também chamou a atenção para, em caso de perda de algum documento, a pessoa registrar o Boletim de Ocorrência. “Isso será uma segurança a mais para se proteger dos estelionatários. Em todos esses casos citados, geralmente, os bancos são condenados. Por isso, é também fundamental exigir uma via do contrato, ler o contrato, ver se as condições estão corretas. Isso é um direito de vocês. É de suma importância”, destacou. Ana Tarna também alertou para o fato de que o contrato também pode ser verbal, sendo oferecida na modalidade de contrato de adesão. “Caso liguem para você oferecendo um contrato de adesão, questione como conseguiram seus dados e telefone. Se resolver contratar o empréstimo, anote o protocolo de atendimento e exija a via do seu contrato pelos correios. Em situações em que a instituição financeira deposita dinheiro além do pedido, não utilize esse excedente. E evitem grandes valores de empréstimo, para que essa decisão não gere prejuízos para vocês”, aconselhou.

A advogada do SINTUFCE Dayse do Vale também contribuiu com a explanação, e reforçou: “a gente quer se aproximar cada vez mais de vocês e essa palestra demonstra isso. Queremos que vocês se tornem senhores do direito e do dinheiro de vocês”. O perigo maior dos empréstimos, segundo a advogada, é o prejuízo à qualidade de vida dos servidores, que são - em maioria - os principais responsáveis pelo sustento da família. “O poder de compra de alimentos e remédios diminui ao comprometer muito o orçamento. O correto é fazer o mínimo possível de empréstimos”, explicou a dra. Dayse do Vale.

O aposentado Francisco Assis Gomes Marinho, servidor com 38 anos de servi-

tra, e o desconto vem. São muitos os casos de contratos fraudulentos”. Ana Tarna ainda relatou casos em que a pessoa compromete o salário com empréstimos a ponto de o próprio banco não ter como descontar o valor da prestação. O resultado é o valor pendente ser acrescido de juros e o nome do cliente ser negativamente pela instituição

ços na Fazenda Experimental da UFC em Pentecoste, concordou com as orientações. “Não faço empréstimos de maneira nenhuma. Meu conselho é sempre que pensar, nunca fazer, porque é chumbo grosso. Foi uma maravilha a reunião, muito bacana”, disse. José Pereira de Castro, também aposentado da UFC, aconselhou: “depende da sua necessidade, se não for muita, não faça (empréstimo), não. A diretoria tem que vir mais vezes, a cada dois meses pelo menos. Tudo foi muito bom”.

Maria de Sousa Gomes, esposa de servidor aposentado da UFC, elogiou: “eu só venho por causa dessas informações. Valeu a pena vir. As informações sobre os cuidados com empréstimos vou compartilhar com minhas vizinhas. Taí uma coisa que eu nunca tinha visto! Eu gostei!”. O servidor Murilo Alves de Paiva, aposentado, compartilhou: “já fizeram empréstimo no meu nome, ainda tá na justiça. Eu tenho é medo quando me oferecem. Pra mim, se não for por uma necessidade, é melhor não fazer”.

Dinâmica

A coordenadora de Educação e Cultura do SINTUFCE, Heveline Ribeiro, conduziu uma dinâmica com os presentes sobre falar, compartilhar e pedir ajuda para resolver os problemas. “Viemos até aqui para estar com vocês, escutá-los. É importante dominar os problemas e ir atrás de ajuda. E aí a gente consegue dormir melhor, ter mais tranquilidade. Contem com a diretoria do SINTUFCE”, disse. O servidor Murilo Alves aprovou a atividade. “Foi ótima mesmo. Participei da dinâmica e aprendi que todo problema tem solução”. Pedro Freire Gomes, aposentado, elogiou: “foi bom demais. Gostei de tudo, da dinâmica, das informações das advogadas. Tudo foi muito bom. Todas as reuniões que tiver eu vou participar”.

Após, foram escolhidos dois servidores para representarem os técnico-administrativos de Pentecoste. O aposentado Raimundo Nonato Rocha Freire e o servidor Edvanildo Silva do Nascimento foram apontados pelos demais para participarem das assembleias gerais e trazerem as demandas locais ao sindicato, e levarem à Pentecoste os informes. “Estou à disposição para dar apoio aos meus companheiros, para levar e trazer informações do SINTUFCE, da coordenação jurídica e de aposentados”, disse Raimundo Nonato. “Foi muito importante esse seminário com a presença das duas advogadas, pra nós é uma grandeza saber que o sindicato está do nosso lado e Pentecoste precisa desse apoio. Essa gestão

está boa, todo mundo está satisfeito nesse sentido de ter um problema em Pentecoste e procurar o sindicato e ele imediatamente dar um encaminhamento”, elogiou.

Edvanildo Silva conta que, há sete anos, já fazia essa ponte entre sindicato e servidores. “Percebi a necessidade de ajudar os companheiros ativos e também os aposentados e pensionistas, trazendo as informações das assembleias gerais, fazendo esse elo de lá para cá. Nunca fui referendado oficialmente como delegado ou representante legal de base. Agora, eu tenho certeza de que vou fazer com muito mais carinho e a luta vai ser melhor ainda. Eles gostam, é uma satisfação imensa chegar com uma notícia boa”, afirmou.

Participaram da reunião cerca de 70 pessoas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, além da diretoria e funcionários do sindicato. “Achei importantíssima a

reunião, muita informação e o pessoal precisa disso, a gente tem necessidade desse apoio e acompanhamento de pessoas que estão à frente e pra mim foi excelente, foi de muito bom proveito. Tudo muito bem organizado”, disse Maria Viomar Rodrigues de Freitas, filha do servidor Raimundo Nonato.

A diretoria também apresentou aos servidores a proposta de construção da sede recreativa do SINTUFCE e de desfiliação da entidade à CUT. “Eu estou adorando as propostas. Estou vendo que agora as coisas vão melhorar, porque eu acho um absurdo os aposentados da UFC não terem um ambiente de lazer. Achei essa proposta muito importante, aplausível”, afirmou Maria Viomar. Para Edvanildo Silva, a desfiliação à CUT é a opção certa. “Nós pagamos uma contribuição e queremos ser lembrados. Acho uma decisão ótima, porque há quanto tempo que a gente vem só com promessas, e

não acontece nada?”, destacou. Sobre a sede recreativa, complementou: “essa diretoria já entrou pegando no peso pesado. Depois da greve, já está aqui presente, veio por duas vezes a Pentecoste. A gente tem o terreno lá (Cofeco), há anos e anos, e nunca foi feito nada, nem proposta de levantamento de prédio pra nada e, agora, vem essa oportunidade de lazer. Foi muito bacana essa ideia e a diretoria está de parabéns”.

A condução do seminário foi realizada pelos coordenadores do SINTUFCE José Raimundo (Geral) e Keila Camelo (Geral), Heveline Ribeiro (Educação e Cultura), Marlene de Paula (Aposentados e Pensionistas), Luzia Carvalho (Aposentados e Pensionistas), Geraldo Ferreira (Formação Sindical), Admir Ferreira (Jurídico), Manoel Rodrigues (Esporte e Lazer), com o apoio das advogadas do SINTUFCE e da funcionária do sindicato Régia Silva.

Diretor Geral e assessor jurídico do SINTUFCE participam do Ciclo de Debates Jurídico-Sindical da CSPB



Os atos abusivos da PROGEP/UFC e do MPOG foram expostos e debatidos durante o evento em Brasília

O coordenador Geral do SINTUFCE José Raimundo Soares e o advogado da entidade Clovis Renato Costa Farias participaram, em Brasília, no último dia 08 de outubro, do Ciclo de Debates Jurídico-Sindical da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). O evento reuniu cerca de 130 pessoas, entre representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério Público do Trabalho, da ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lideranças sindicais, magistrados e estudiosos da área de Direito.

O Ciclo de Debates Jurídico/Sindical da CSPB tratou e debateu aspectos relevantes da organização sindical dos servidores públicos no MTE; práticas antissindicais dos gestores públicos; e aposentadoria especial no serviço público. As palestras, ministradas por especialistas nos temas relacionados, contaram com boa participação dos convidados que formularam perguntas e realizaram intervenções durante todo o

Ministério do Planejamento (MPOG) quanto à imposição de recálculo dos tempos de serviço dos servidores que estão percebendo o abono de permanência”, conforme relatou Clovis Renato. O advogado citou os artigos das Orientações Normativas nº 05/2014, ON 16/2013 e ON 15/2013, “que prevêem a revisão dos atos administrativos que concederam os abonos e permanência aos servidores, desde os anos 90, com base em decisões judiciais transitadas em julgado em diversos Mandados de Injunção”.

O advogado ressaltou o papel combativo da atual diretoria do SINTUFCE, que autorizou a Assessoria Jurídica sindical (advogados Clovis Renato e Thiago Pinheiro) a ingressar com um Mandado de Segurança Coletivo contra o Pró-Reitor da PROGEP/UFC. A ação busca “suspender os efeitos dos arts. 27 e 28 das Orientações Normativas nº 16/2013 (alterada pela ON nº 05/2014) e art. 21 da ON nº 15/2013, to-

encontro. O compartilhamento de experiências foi ponto marcante no evento.

Durante a condução do painel Aposentadoria Especial, os representantes do SINTUFCE falaram aos presentes “sobre os atos abusivos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP/UFC) e do

das do MPOG. Elas preveem efeitos retroativos sobre as decisões transitadas em julgado nos mandados de injunção, direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, analisando-se em tudo os arts. 1º, 5º, XXXVI, LIV e 37, todos da CF/88, declarando-se, incidentalmente, a ilegalidade e a inconstitucionalidade dos artigos mencionados”.

Foi solicitada também a proibição de todos os atos de recontagem de tempo de serviço e de suspensão de pagamentos dos abonos de permanência, segundo o advogado. “Diversos advogados das entidades (representadas no evento) ficaram instigados com a provocação, recolhendo os contatos do SINTUFCE para colaboração jurídica, caso tal situação começasse a se repetir com os demais servidores do Brasil”, disse Clovis Renato. O advogado solicitou ao colegas uma atenção específica na questão para que as assessorias das entidades de âmbito nacional preparem uma ação direta de inconstitucionalidade contra as orientações do MPOG.

Compareceram ao evento o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Manoel Messias, o procurador regional do trabalho do Ministério Público do Trabalho, Francisco Gérson Marques de Lima; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaide Arantes; e o ex-ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto.

Com informações dos sites cspb.org.br e vidaarteedireitonoticias.blogspot.com.br

SINTUFCE reúne servidores em assembleias setoriais em Fortaleza

A luta pelas 30 horas, contra o ponto eletrônico e a favor da paridade pautou os encontros



Assembleia Setorial no HUWC

A diretoria colegiada do SINTUFCE está reunindo os servidores, desde os últimos meses de outubro, em assembleias setoriais. A luta pelas 30 horas, contra o ponto eletrônico e a favor da paridade entre alunos, professores e técnico-administrativos na escolha do Reitor; a suspensão do pagamento da CUT; e os informes nacionais e jurídicos pautaram os encontros.

Acerca das 30 horas, a direção comunicou a conquista da implantação da jornada reduzida de trabalho no Complexo Hospitalar e a situação dos demais setores da universidade. “O SINTUFCE, orientado por sua assessoria jurídica, sugeriu à administração superior que a realidade de cada setor seja conhecida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) e que sejam elaboradas portarias setoriais, implantando as 30 horas nos locais contemplados pelo Decreto nº 4.836”, explicou a coordenadora Geral do SINTUFCE, Telma Araújo. Dessa forma, cada setor terá seu direito garantido e resguardado com mais segurança.

A diretora alertou também para o fato de que, com a legislação atual, nem todos os setores poderão ser contemplados. “O decreto 4.836 tem limitações e as 30 horas não serão logo para toda a universidade. Há uma luta nacional, em paralelo, pela reformulação

desse decreto para que seja reaberta a discussão sobre ele e que seu texto passe a contemplar toda a universidade”, explicou. A coordenadora Geral Keilla Camelo complementou: “o Reitor poderia usar a prerrogati-



Reunião da Faculdade de Educação

va da autonomia universitária para aplicar as 30 horas para todos. O que falta é a vontade política”.

Enquanto isso, o Grupo de Apoio ao Reitor para Avaliação de Unidades Organizacionais com Dinâmica de Serviço Especial, criado pelo reitor Jesualdo Farias por meio da Portaria nº 2.193, de 27 de junho de 2014, continua se reunindo. Os coordenadores Gerais do sindicato José Raimundo e Telma Araújo são os representantes dos técnico-administrativos da UFC na comissão e estão fazendo todo o

levantamento legal para fundamentar a implantação das 30 horas. “Estamos reunindo e estudando as leis, normas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), orientações dos órgãos de controle e as experiências de outras Instituições Federais de Educação (IFES). Enquanto sindicato, a gente não abre mão de lutar pelos setores que se adequam à legislação”, disse Telma.

Nacionalmente, a luta pelas 30 horas, a partir da Fasubra, não têm avançado. Segundo o coordenador de Comunicação e Imprensa, Almiram Rodrigues, a Fasubra leva a pauta para a mesa de negociações com o Governo, que não demonstra interesse em modificar a legislação e alega que a decisão é das Reitorias. “Construir acordos com o Governo é difícil. E não adianta fazermos um projeto de lei para implantar as 30 horas para todos, porque projetos

de lei relativos a salário e aumento de despesas tem que ser enviados ao Congresso pelo Executivo. Às vezes, elaboramos um projeto de lei e conseguimos que algum deputado o defenda, mas isso só serve para levantar a discussão e pressionar o governo, não tem como o projeto ser aprovado”, explicou.

Na Assembleia Setorial realizada com os técnico-administrativos do HUWC, MEAC e demais setores da saúde, na manhã do último dia 7 de novembro, na sala C do HUWC, o advogado Clóvis Renato explicou que o momento é de negociações. “Cada coisa tem o seu tempo. A judicialização é a última porta. Enquanto houver margem, vamos negociar”.

Clóvis destacou que o sindicato vem trabalhando para que as 30 horas sejam implantadas por meio de portarias setoriais. Ele relata que o pró-reitor de Gestão de Pessoas, Serafim Firmo, “alega que a necessidade (das 30 horas) é por serviço. Ele quer que sejam portarias individuais, e defende ser melhor ter os funcionários trabalhando 16 horas (cada servidor em regime de 8h diárias) do que 12 horas (cada servidor em regime de 6h diárias). A postura do pró-reitor vem sendo combatida pelo sindicato.

Clóvis conta que, nas reuniões, o pró-reitor de Gestão de Pessoas apresenta um

discurso de valorização do econômico em detrimento do fator humano. “Mas, sem o fator humano, não há o econômico”, ressaltou o assessor jurídico do SINTUFCE. No complexo hospitalar, “a gente já conseguiu”, afirmou. O desafio atual é pela implantação desta jornada de trabalho nos demais setores da universidade contemplados pelo Decreto nº 4.836.

“Acho que temos avançado bem, diante das dificuldades postas. Não estamos lidando com um pai, talvez com um padastro. Eles não nos darão o que estamos pedindo com facilidade. Se o SINTUFCE não estivesse lá (na comissão das 30 horas do HUWC e MEAC), as 30 horas teriam saído só para um grupo mínimo de pessoas”, complementou Clóvis.

O advogado também explicou que, “a nível de Fasubra, estamos tentando que ela busque, junto ao executivo, um decreto em que o governo transforme as 30 horas em regra, e as 40h em exceção”. Atualmente, a legislação diz que a carga horária dos servidores poderá ser de ATÉ 40 horas, e a interpretação dada pelas universidades é a de que as 30 horas seriam a exceção, e não uma opção já permitida. “O decreto coloca à critério do Reitor (a implantação das 30 horas)”, explicou o advogado.



Cecília Perla de Araújo, trabalha há dez anos na coordenação de Comunicação do Centro de Ciências da UFC, e acredita que a questão das 30 horas é essencial. “No atendimento na coordenação, muitas vezes, eu perco a hora do almoço por estar em atendimento aos estudantes. Às vezes, eu interrompo o atendimento aos alunos para poder almoçar, porque não tem horário para o aluno chegar, e tudo isso sem ganhar extra. Os alunos reclamam muito. Sou servidora única no setor. Isso é cruel, porque até para tirar férias é complicado. Às vezes, eu estou com três dias de férias, e no quarto dia me ligam para eu ir à Coordenação para resolver algo. Desde que eu entrei, há dez anos, trabalho sozinha no setor. E isso não é dessa forma só na minha



Assembleia Setorial no Píci

Coordenação. Nas outras coordenações também existe essa necessidade de mais pessoas no setor para atendermos em horário de almoço e noite sem sobrecarga de trabalho. Recebo reclamação até se eu adoço ou se saio para participar de uma reunião”, relatou a servidora.



Para Paulo Sávio Maciel, técnico-administrativo lotado na Secretaria do curso de Teatro do ICA, “dentro do ICA estão muito claro os benefícios que as 30 horas trarão.

Produtividade, melhor atendimento, qualidade de vida - que é super importante. Os alunos reclamam muito, inclusive. Regredir para as oito horas é aplicar uma forma mais rígida e antiga de trabalho que não se encaixa. Mas, estou muito otimista, desde que começou esse processo (de conquista das 30 horas). A cada reunião eu vejo que as coisas estão se encaixando”.

PARIDADE

No próximo mês de março, SINTUFCE, ADUFC e DCE realizarão um seminário para discutir a paridade nas eleições para Reitor da universidade. “Nós já estamos nos reunindo para traçar as diretrizes do evento. A programação já está sendo fechada e, em breve, começaremos a divulgar. O evento debaterá sobre os aspectos positivos da paridade para a universidade”, informou Keila Camelo. Segundo a diretora, SINTUFCE e DCE já têm uma decisão congressual favorável à paridade, e a ADUFC terá uma decisão da categoria a ser tirada em assembleia geral.

Atualmente, o sistema em vigor é o 70-15-15, em que os docentes têm o maior poder de decisão na escolha do Reitor, e os alunos e técnico-administrativos participam apenas de forma simbólica,

tendo cada um dos grupos apenas 15% do poder de voto.

O Reitor Jesualdo Farias já se manifestou ao SINTUFCE, alegando que levará ao Conselho Universitário a proposta de paridade, caso seja formalizado pelas três entidades representativas da comunidade universitária - SINTUFCE, ADUFC e DCE - o desejo pela mudança.

PONTO ELETRÔNICO

A implantação pela universidade do ponto eletrônico para todos os servidores, com exceção dos professores, é mais uma polêmica e ponto de luta discutido.

Em reunião entre SINTUFCE e reitor Jesualdo Farias, este afirmou que sofre pressões dos gestores para a implantação do ponto eletrônico e que pretende fazê-lo. Em resposta, o SINTUFCE propôs à universidade, por meio de ofício, a realização pela Progep de um seminário com seus gestores para a abordagem do assunto. “O sindicato nunca defendeu a falta de um controle



Telma Araújo mostra a planta da Sede Recreativa na assembleia do Labomar

de frequência. Mas, nós jogamos de volta a pergunta: pra quê o ponto eletrônico? Ele controlará a produtividade?”, disse Telma Araújo. A universidade acatou a proposta e realizará o seminário.

“O SINTUFCE é contra a instalação do ponto eletrônico. Do nosso ponto de vista, ele não mede nada. O compromisso do servidor em cumprir o dever dele continuará o mesmo”, alertou José Raimundo, coordenador Geral do SINTUFCE. Segundo o diretor, o Reitor afirmou - na última reunião realizada com o sindicato - que o setor de Tecnologia da Informação da UFC estabelecerá todos os critérios conforme as especificidades de cada setor. “Que são muitas! Cada setor dessa universidade colabora de forma singular para a manutenção desse organismo - a universidade, que trabalha arduamente em prol do ensino, pesquisa e extensão. As chefias são muito bem gratificadas e elas querem se livrar dessa responsabilidade de gerenciar suas equipes. Querem o ponto eletrônico simplesmente para não terem trabalho”, disse José Raimundo.



Assembleia Setorial no ICA



Para a servidora Juliana Avelar, lotada na secretaria do curso de Publicidade no ICA, “o fato de implantar o ponto eletrônico só para o servidor técnico-administrativo, na verdade, revela uma incapacidade da universidade de discutir o seu funcionamento. Por que não discutir como, na prática, os professores estão dando conta ou não das suas funções de ensino, pesquisa e extensão, e os técnicos estão dando conta ou não de suas funções previstas? Eu acho que não é só o ponto em si, não é só o controle do tempo, é toda a questão da motivação, da estrutura, da gestão, do que significa colocar um docente num papel de gestão. Porque o ponto eletrônico significa a regulação do tempo e do trabalho, mas o que importa não é só o tempo do trabalho, estamos falando do direcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão. Regular o tempo por regular o tempo não traz nenhuma qualificação”.

CUT

A desfiliação da CUT também está sendo debatida com os servidores durante as reuniões setoriais do SINTUFCE. A decisão será tomada pela categoria em Congresso previsto para o primeiro semestre de 2015. “Nós honramos com o nosso compromisso, pagando mensalmente mais de R\$ 13.000,00 à CUT, mas ela é que não tem honrado o seu compromisso com os técnico-administrativos das universidades federais do Ceará. Até que apareça a central que, realmente, nos represente, nós propomos essa medida”, explicou Keila Camelo.

A suspensão total do pagamento mensal à CUT foi proposta e apoiada pelos servidores participantes das reuniões. “Nós somos uma entidade com 36 anos de existência, mas não temos uma sede recreativa para realizarmos nossos congressos, festividades e confraternizações. Esse valor destinado à CUT será investido no lazer dos trabalhadores, com a construção da nossa sede recreativa no terreno que o SINTUFCE possui na Cofeco”, explicou. Até 2016, esse espaço, com campo de futebol, quadra de basquete e vôlei, chalés, piscina, auditório, dentre outros atrativos, estará construído e entregue para usufruto dos filiados do sindicato e seus familiares.

O servidor Wilson Franklin Júnior, biólogo, técnico-administrativo lotado no Labomar, concordou com as propostas. “Eu nunca consegui entender a questão de uma representação de classe ser atrelada a algum partido, como a CUT está fazendo. Eu sou a favor da desfiliação e vejo com muito bons olhos essa questão do sindicato se desvincular dessa entidade que não nos representa. Quanto à sede de lazer

é algo que a gente necessita, para congregarmos mais. Nós - do Labomar - ficamos muito isolados na universidade”.



Paulo Roberto, geógrafo, também lotado no Labomar, apoiou a desfiliação do SINTUFCE à CUT. “Eu acho que o sindicato tem que ser neutro. A neutralidade é importante para evitar que certas ações sejam mani-

puladas por certas instituições, como partidos políticos”. Sobre a sede de lazer, comentou: “muito boa a sede recreativa - questão fundamental, uma opção de lazer para os servidores e familiares”.



A vigilante Cristine de Carvalho Nogueira, que trabalha no Labomar, complementou: “concordo com a desfiliação do SINTUFCE à CUT principalmente pelo valor da mensalidade, e mais ainda por ela não trabalhar a favor da nossa categoria. Não está trabalhando, não está ajudando, estão sai!”.

SUBSEDE NOS CAMPI AVANÇADOS DA UFC

Keila Camelo também anunciou o avanço na conquista de um terreno no Cariri para a construção da subsede do SINTUFCE. A entidade formalizou pedido à Universidade Federal do Cariri (UFCA), que foi avaliado e aprovado pelo Conselho Superior Pro Tempore. “Conseguimos o terreno ao lado da sede da Adufc no Cariri. Dessa forma, teremos mais um lugar para acolher e reunir os servidores”, comemorou Keila. Agora, a concessão de terreno da UFCA ao SINTUFCE está sendo analisada pelo setor jurídico da universidade. “Essas são demandas urgentes, que são necessidades do servidor. Precisamos reverter a arrecadação do sindicato em benefícios para a categoria”, destacou a coordenadora.

Foram visitados o PLANOP/PICI (06/10), Centro de Tecnologia/PICI (07/10), FACED (08/10), Zootecnia/PICI (09/10), ICA/Centro de Ciências (14/10), FACED (14/10), Biblioteca de Ciências Humanas (16/10), Labomar (21/10) e HUWC (07/11). Ainda serão promovidas reuniões na Casa de José de Alencar, Benfica e campi avançados da UFC.

Os presentes aprovaram a assembleia, tendo em vista a quantidade de esclarecimentos. “Gostei bastante. Eles deram os informes que eu queria ouvir”, elogiou Silvia Helena, servidora há 28 anos da UFC, lotada no Departamento de Fisiologia

e Farmacologia. Antônia Ivete, servidora da universidade há 35 anos, trabalhando no setor de Patologia e Medicina Legal, conta que foi à assembleia para “tirar dúvidas sobre a insalubridade, tempo de serviço para aposentadoria e 30 horas. Foi muito boa”. Sheila Camelo, aposentada da UFC, compareceu para ouvir os informes jurídicos. “Tinha a curiosidade de saber dos processos. Temos advogados nota mil. A equipe toda é boa. Estou na esperança de que seremos vitoriosos”.



Régis Torquato, lotado no setor de Administração e Logística do ICA.

“Só em o sindicato se propor em vir aqui, ter um contato mais próximo, já é muito positivo. Fui contemplado pela direção, que se mostrou bem receptiva aos questionamentos que levantamos e preocupada com as lutas cotidianas e possíveis conquistas. Vendo as experiências que já deram certo e analisando as que não deram, a gente tá ainda no caminho das experiências positivas. Considerando as medidas do TCU, da AGU, ciente disso tudo, a gente tá procurando os caminhos viáveis. Levando isso em conta, estou otimista. Cabe também ao servidor não se furtar a questionar, a procurar conhecer as propostas, não se furtar a pesquisar, a fim de contribuir com a discussão com elementos novos, com alternativas diferentes. Não se furtar a participar, a se fazer ouvir.”



Luciano Silva, técnico-administrativo lotado na Prefeitura da UFC/Campus do Pici.

“Eu vim (para a reunião) na expectativa de saber as novidades e de saber da verdade, porque a gente ouve muitas fofocas, muita conversa, e quando o sindicato vem nos mostra a realidade do que está acontecendo. Fiquei satisfeito! Sobre a sede recreativa, realmente o sindicato está nos devendo. Há muito tempo que já era pra ter feito essa sede e agora esperamos que saia.”



A servidora Ivone Almeida de Souza, lotada na FACED, participou dos encontros e aprovou. “Foi boa a reunião. Estávamos com dúvidas, que foram bem esclarecidas.

Todos gostaram e saíram do encontro elogiando muito. Foi ótimo o esclarecimento do advogado e do Zé Raimundo (coord. Geral do SINTUFCE). Há muito tempo a gente estava com dúvidas sobre nossa situação da FACED, porque há muito tempo cumprimos as 30 horas”, explicou.

O Ponto Eletrônico: Solução ou Problema?

Por Almiram Rodrigues
Coordenador de Comunicação
e Imprensa do SINTUFCE
e diretor da FASUBRA



A política de recursos humanos implementada pela administração central da Universidade Federal do Ceará (UFC) através da PROGEP tem levado apreensão ao conjunto dos trabalhadores. São diversas medidas que prejudicam os trabalhadores e que, na nossa avaliação, poderiam ser evitadas. A Universidade é um espaço de diálogo e essas questões poderiam ser resolvidas, respeitando o ponto de vista de cada lado envolvido, mas buscando o melhor para a universidade.

A UFC teve um crescimento considerável nos últimos anos, em espaço físico, no número de estudantes e também na qualidade, despontando como uma das maiores e melhores universidades públicas do Brasil e destacada como uma das mais procuradas pelos estudantes que buscam o acesso através do SISU. Parte desse crescimento quantitativo e qualitativo deve-se ao esforço de seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos. Todo o diálogo sobre a “gestão de pessoas” deveria levar em conta esse patrimônio.

As medidas tomadas pela PROGEP tem extrapolado as possibilidades do diálogo, o que faz o SINTUFCE, como representante dos servidores, entrar com ações na justiça. São os casos da suspensão do abono permanência, da carga horária dos assistentes sociais (30 horas) e jornalistas (25 horas) - revisores de texto e editores - e o caso dos certificados de especialização da UVA, que

são homologados pelo MEC e, contraditoriamente, não aceitos para incentivo a qualificação. Nesse caso, o absurdo deles se acharem maiores que o MEC.

No caso específico do ponto eletrônico que a UFC pretende instalar e manifestou que vai fazê-lo no próximo ano, a argumentação da administração vem carregada de preconceito contra os trabalhadores técnico-administrativos, numa visão diminutiva da importância desses trabalhadores para a universidade. Eles alegam simplesmente a necessidade do controle do ponto, porque os trabalhadores não trabalham. Isso somente com os técnicos e não com os docentes que, na sua visão, estão fora das regras.

A visão da administração é de desconhecimento do trabalho e dedicação desses trabalhadores. Podemos afirmar que sem esse trabalho a universidade não estaria no patamar em que está hoje. Temos trabalhadores que cumprem tarefas nos finais de semana, que muitas vezes suspendem dias de férias para voltar ao trabalho por necessidade da instituição. Isso se dá com a negociação flexível com as chefias e será dificultado com o ponto eletrônico, trazendo prejuízos para a universidade.

Outro fato importante é que temos uma grande quantidade de trabalhadores que tem tempo para aposentadoria e continuam a trabalhar. Esses trabalhadores são das mais diversas áreas, tendo casos de alguns que es-

tão em laboratórios importantes, tendo uma bagagem de conhecimento que se adquire com o tempo.

Quem se dedica a trabalhar mesmo podendo já estar desfrutando da aposentadoria demonstra, sim, compromisso com a instituição, mas não está preso ao controle do tempo, se estivesse já teria contado seu tempo e ido para casa. O ponto eletrônico pode ser a gota d'água para a saída desses trabalhadores, com prejuízos para a universidade. Bem sabemos que a universidade pode repor os trabalhadores que se aposentam, porém isso está limitado pelo Decreto 7.232 de 19 de julho de 2010, aos ocupantes dos níveis de classificação C, D e E, com restrições para diversos cargos do nível C e até do D.

Abre-se outro debate sobre a importância dos diversos cargos que não estão na situação do decreto e a necessidade da universidade estar lutando contra a terceirização, pressionando o governo a contratar cargos auxiliares que também ajudam a sustentar a universidade. A qualidade dos serviços está na contramão da precarização do trabalho e, se as universidades públicas tem um alto padrão de qualidade, é por conta do compromisso dos trabalhadores.

Infelizmente, o governo federal não vê isso e investe na terceirização e precarização dos trabalhos. Os reitores das universidades tem o dever de combater essa prática, pois como representantes dessas instituições, devem conhecer a realidade.

SINTUFCE reúne aposentados em encontro de celebração à Amizade nos jardins da Reitoria da UFC

O SINTUFCE reuniu aposentados, aposentandos, pensionistas e ativos nos jardins da Reitoria da UFC no último dia 24 de outubro. O encontro foi realizado das 15h às 18h, tendo como tema central a Amizade, com a distribuição de poesias e microfone aberto para mensagens e homenagens por parte dos diretores e servidores. O tema chá da amizade atraiu a presença de muitos aposentados que, há tempos, não participavam mais dos eventos na universidade. Marlene Paula, coordenadora de Aposentados e Pensionistas do SINTUFCE, conta que “o momento do encontro é, especialmente, pra os participantes reverem os amigos. Eles se encontram, trocam informações, e o evento tem um espírito saudosista, de uma relação

afetiva construída anos após anos, ao longo das atividades dentro da UFC. E nossa proposta é esta, de trabalhar valorizando a relação interpessoal entre ativos, aposentados, pensionistas, aposentandos, renovando os laços de amizade”. Os momentos de confraternização incluíram a alegria do forró pé de serra. Os presentes cantaram, dançaram e interagiram, em celebração à amizade e também ao Dia do Servidor, comemorado em 28 de outubro. O evento foi conduzido pelos coordenadores Gerais do SINTUFCE José Raimundo, Keila Camelo e Telma Araújo; pelas coordenadoras de Aposentados e Pensionistas Marlene de Paula e Luzia Carvalho; e pela coordenadora de Educação e Cultura Heveline Ribeiro.



Fotos: Arlindo Barreto

Jurídico

Direito à Saúde: Direito do Cidadão e do Consumidor



O direito à saúde é um direito fundamental da pessoa humana, chamado por alguns autores de fundamentalíssimo, tal é a sua relevância frente às demais garantias constitucionais. É um marco histórico na evolução do Estado de Direitos para o Estado Constitucional, conhecido como Estado Social, em que se cobra dos governantes um agir positivo, com o fim de compensar as desigualdades sociais que reinavam.

No Brasil, o direito à saúde foi garantido, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1988 em diversos dispositivos, expressamente no Artigo 196, e até mesmo em seu Preâmbulo, em que se compromete a garantir o bem-estar e igualdade do seu povo.

Entretanto, apesar da proteção inserida no ordenamento jurídico, o direito à saúde no Brasil ainda está em estágio inicial em decorrência da inoperância do serviço público de saúde, que justifica o descumprimento do dever legal pela inviabilidade econômico-orçamentária.

Em decorrência dessa ineficácia do serviço público de saúde, muitas pessoas terminam buscando os planos particulares, sejam individuais, familiares ou coletivos, que se subdividem em empresariais e classistas ou também chamados de setoriais.

Em 1998, foi criada a Lei Federal nº 9.656 para regulamentar os planos de saúde - planos esses fiscalizados pela Agência Nacional de Saúde (ANS), responsável por definir, inclusive, os critérios para o reajuste dos planos de saúde.

A relação entre os planos e seus clientes é regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Ao assinar um contrato, esse de adesão, a pessoa torna-se consumidora e pode exigir do fornecedor o bom funcionamento de seu produto. A responsabilidade do fornecedor é objetiva, ou seja, independente de culpa a ser provada pelo consumidor que se sentiu prejudicado, com base nos Artigos 2º, 3º e 14º do CDC e Súmula 469 do STJ. Aplica-se o Código de Defesa do

por algum profissional, o consumidor tem todo direito de cobrar a reparação ao seu plano de assistência médica privado. Esse já é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que responsabiliza a operadora do plano de saúde pelos erros de um médico ou hospital da sua rede credenciada.

Um dos pontos importantes, e que merece ser citado, refere-se à dúvida com relação ao tempo de carência. Mas, você sabe, exatamente, o que é período de carência? Carência é o tempo que você terá que esperar para ser atendido pelo plano de saúde em um determinado procedimento. Sabendo que o consumidor pode fazer a mudança de plano de saúde sem cumprir carência ou cobertura parcial temporária no plano novo.

Contudo, entre as situações que mais geram conflitos entre as operadoras e seus clientes, sejam em contratos individuais ou coletivos, estão as negativas dos planos privados em disponibilizar o serviço ao consumidor, com a alegativa de que o plano não cobre o procedimento solicitado. E, nesse momento, como você deve agir? Não se dê por vencido com a negativa e exija maiores esclarecimentos.

A Agência Nacional de Saúde, com base na resolução nº 319, obriga os planos de saúde a cumprirem a cobertura do atendimento e a internação dos pacientes em caso de urgência e risco de morte, por isso busque o seu plano e requeira uma recusa, por escrito, porque eles são obrigados a justificar tal negativa dentro de 48 horas.

De posse da recusa escrita, que é essencial, o consumidor pode recorrer à Justiça, via ação judicial, mediante um pedido de liminar, e conseguir a autorização do seu procedimento médico. Com a liminar deferida, o plano é obrigado a cumprir a medida solicitada por seu contratante.

Em sua grande maioria, as operadoras negam os procedimentos para evitar gastos excessivos, mas se o seu contrato possibili-

ta a cobertura do método desejado e o seu caso se enquadra na lista da ANS, a recusa do plano se torna vazia e sem base legal.

É importante informar que já é entendimento consolidado do nosso Supremo Tribunal de Justiça que, em casos de urgência, acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional, e emergência, risco imediato à vida ou lesões irreparáveis, o plano de saúde privado tem uma carência 24 horas para realizar o atendimento necessário para a saúde do paciente, aplicação do Art. 12, V, C, da Lei nº. 9.656 /1998.

Outra prática também repelida pela nossa justiça, mas que, infelizmente, ainda é utilizada por alguns planos, é a exigência de cheques caucões ou de pagamento prévio para garantir o atendimento ao paciente, conduta essa considerada criminosa, sendo totalmente proibida.

Quando aos reajustes nos valores dos planos, o Art. 15 da Lei nº. 9.656/98 faculta a variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de planos de saúde em razão da idade do consumidor, desde que estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajuste incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS.

É importante o contratante ter conhecimento de que, em caso de inadimplência da mensalidade do seu plano, por um período que some 60 dias, consecutivos ou não, nos últimos 12 meses de vigência do contrato, pode a operadora cancelar o seu contrato unilateralmente. Por isso, busque sempre estar em dias com o seu pagamento, para evitar problemas futuros!

Desta feita, o servidor, enquanto consumidor, figurando como contratante, pode sempre solicitar maiores informações junto ao seu plano de saúde e, no caso de se sentir lesado, deve requerer seus direitos por vias legais, pois a saúde é um direito fundamental garantido a todos, indistintamente. Os planos de saúde devem agir para que o atendimento se torne verdadeiramente eficaz.

ASSESSORIA JURÍDICA DO SINTUFCE

Dra. Ana Tarna dos Santos Mendes

Dra. Dayse Suyane Sampaio do Vale

